



## REQUERIMENTO DE PEDIDO DE AVERBAMENTO DE:

- *HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO*
- *PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO*

( n.º \_\_\_\_\_ SM )

**Exm.º Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra**

(nome do requerente) \_\_\_\_\_

contribuinte (pessoa singular ou coletiva) n.º \_\_\_\_\_ residente em (Rua, Av.ª)

\_\_\_\_\_ (n.º/lote) \_\_\_\_\_

(andar) \_\_\_\_\_ (localidade) \_\_\_\_\_ (cód. postal) \_\_\_\_\_ -

\_\_\_\_\_, Freguesia de \_\_\_\_\_ com o telefone / telemóvel n.º

\_\_\_\_\_, fax n.º \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_ nascido em

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, portador do Bilhete de identidade / Cartão de cidadão / Passaporte n.º \_\_\_\_\_

emitido em \_\_\_\_\_ válido até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, vem na qualidade de:

☐ Elemento dos Corpos Gerentes ☐ Mandatário ☐ Empresário em nome Individual

☐ Outro (especificar) \_\_\_\_\_

Designação da Sociedade (caso aplicável) \_\_\_\_\_ -

NIPC (caso aplicável) \_\_\_\_\_ Código de acesso à constituição da Sociedade (caso aplicável)

\_\_\_\_\_ vem na qualidade:

(escolher opção)

☐ Proprietário ☐ Explorador do estabelecimento

tendo, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

(escolher opção):

☐ obtido por cedência ☐ obtido por trespasses ☐ herdado

de \_\_\_\_\_

o estabelecimento (tipo de estabelecimento) \_\_\_\_\_ (nome do

estabelecimento) \_\_\_\_\_ sito em (Rua, Av.ª)

\_\_\_\_\_ (n.º/lote) \_\_\_\_\_

(andar) \_\_\_\_\_ (localidade) \_\_\_\_\_ (cód. postal) \_\_\_\_\_ -

\_\_\_\_\_ Freguesia de \_\_\_\_\_, com (escolher opção):



## Instruções

### Juntar:

- ☐ Exibir Bilhete de Identidade/ passaporte, cartão de contribuinte ou cartão do cidadão
- ☐ Fotocópia do horário ou do alvará de licença em causa;
- ☐ Fotocópia da declaração das Finanças atualizada (início de atividade ou caso já possua, do IRS ou IRC);
- ☐ Escritura de constituição da sociedade;
- ☐ Certidão da Conservatória do Registo Comercial, atualizada;
- ☐ Escritura Notarial ou contrato de cedência do estabelecimento (ex: Trespasse, Habilitação de herdeiros, cessão de Exploração, etc.);
- ☐ Declaração prévia no caso dos estabelecimentos de restauração e bebidas e produtos alimentares, não alimentares e Prestação de serviços.

### Notas:

- No caso de **peessoas coletivas** deve ser apresentado documento onde se verifique a legitimidade de quem tem poderes para assinar;
- Na qualidade de **mandatário**, deve juntar procuração;
- Os presentes dados irão ser objeto de tratamento informático, tendo o requerente direito de informação nos termos do nº1 e 2 do artº 10º da Lei 67/98 de 26.10.1998, a qual transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados. - Lei da Proteção de Dados Pessoais.

### Direito à Informação

- Responsável pelo tratamento → Presidente da Câmara
- Finalidades de tratamento → Tratamento informático do processo do requerente e sua inserção na Base de Dados de Controlo de Estabelecimentos Comerciais do Concelho.
- Destinatários ou categorias de destinatários dos dados → serviços municipais interventores no processo.
- As respostas aos dados integrantes no formulário são obrigatórias sob pena de indeferimento do pedido.
- Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo requerente até despacho por parte do decisor político. Após esse momento qualquer alteração implica apresentação de novo pedido.